



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 11/08/2009

LEI Nº 273, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

INSTITUI O PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas, definidas nesta lei municipal como de pequeno valor, dispensarão a expedição de precatório.

~~**Art. 2º** Reputam-se de pequeno valor os débitos que perfaçam um total igual ou inferior a 30 (trinta) salários mínimos, se devedor o Município, suas autarquias e fundações (art. 87, II, do ADCT, acrescido pela EC nº 37/02), desde que inexistente medida legislativa específica que regule a matéria.~~

Art. 2º Reputam-se de pequeno valor os débitos que perfaçam um total igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos, se devedor o Município, suas autarquias e fundações. (Redação dada pela Lei nº 330/2009)

§ 1º A lei municipal poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º do Art. 100 da Constituição Federal, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público (§ 5º, do Art. 100 da CF).

§ 2º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento será feito sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante Requisição de Pequeno Valor, na forma prevista no § 3º, do Art. 100 da Constituição Federal.

§ 3º Em caso de renúncia ao crédito remanescente, será declarada por sentença a extinção da execução, nos termos dos artigos 794, III e 795 do Código de Processo Civil.

Art. 3º Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo todavia admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

Parágrafo único. É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou, ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça, em parte, na

forma de RPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

Art. 4º A Requisição de Pequeno Valor adotará sempre o valor nominal do salário mínimo vigente ao tempo da requisição de pagamento.

Art. 5º Na execução de RPV (Requisição de Pequeno Valor) contra o Município, suas autarquias e fundações, o Juízo da Execução, após o trânsito em julgado da decisão, expedirá RPV (Requisição de Pequeno Valor) diretamente ao Município de Primeiro de Maio, PR, para que efetue o pagamento, com os seguintes dados:

- I - número do processo de origem;
- II - nome das partes e seus procuradores, com indicação do número de inscrição destes na OAB;
- III - relação de beneficiários com valores individualizados, indicando CPF ou CNPJ;
- IV - valor total da requisição;
- V - data do trânsito em julgado da decisão de mérito e da sentença de liquidação;
- VI - data considerada para efeito de atualização dos cálculos;
- VII - certidão discriminada dos cálculos;
- VIII - indicação de agência bancária oficial para depósito à disposição do Juízo da execução.

Art. 6º Os ofícios requisitórios serão encaminhados ao Município de Primeiro de Maio, PR, por oficial de justiça, ao Prefeito Municipal e aos representantes legais das respectivas Autarquias e Fundações, quando for o caso.

Art. 7º O Juízo da execução, quando do encaminhamento das requisições de pagamento, deverá determinar ao Município que adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências necessárias à quitação do débito de pequeno valor, em valores atualizados na data do efetivo depósito judicial.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o Juiz da execução deverá oficiar ao Prefeito Municipal para que a mesma providencie a previsão no orçamento do total da verba necessária ao pagamento das RPV's.

Art. 8º Os pagamentos serão efetuados por meio de depósito à disposição do Juízo da execução, em instituição bancária pública federal.

Art. 9º Os pagamentos de RPV's pela entidade de direito público devedora, deverão observar a ordem cronológica de recebimento.

Art. 10 No caso de preterimento da ordem cronológica pela entidade devedora, ou de falta de pagamento no prazo fixado no Art. 7º desta lei, havendo previsão orçamentária, o Juiz poderá determinar o sequestro do numerário suficiente ao seu cumprimento, nos próprios autos de execução, a pedido do credor, à conta da entidade devedora, com as devidas atualizações.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio, em, 12 de dezembro de 2007.

MARIO CASANOVA
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 04/07/2019